

**ATA NÚMERO 176/XII/3ª SL**

**11.fevereiro.2014 – 15h00**

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 05, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de atas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**, do Presidente do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado - Prof. Doutor Pedro Reis; Secretário do Conselho dos Laboratórios Associados - Prof. Doutor Alexandre Quintanilha, sobre os riscos e ameaças a que o Sistema Tecnológico e Científico Nacional está sujeito – 15h00

**5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**, para audição urgente do **Secretário de Estado da Cultura** sobre o processo de classificação das obras de Joan Miró e sobre o processo de autorização da sua saída do País e audição do **Conselho de Administração da PARVALOREM**, sobre a decisão de venda das obras e toda a tramitação necessária à expedição e explicitação do contrato celebrado com a leiloeira Christie's, para a venda das mesmas.

- **Análise e votação**

**6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP**, para audição Secretário de Estado da Cultura, para que possam ser apuradas as circunstâncias e as responsabilidades políticas em torno da preparação e do cancelamento da venda das obras de Miró provenientes da coleção do BPN.

- **Análise e votação**

**7. Texto de substituição do Projeto de Deliberação n.º 19/XII do PS** - Solicitação de parecer a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação sobre a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e, mais concretamente, sobre a utilização do método de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde como base para a elaboração do programa educativo individual **e do Projeto de Deliberação n.º 20/XII** - Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre políticas públicas de educação especial do **PSD e CDS-PP** .

- **Apreciação e votação**

**8. Data da próxima reunião**

**Dia 12 de fevereiro de 2014 – 10h00**

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## 2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 174/XII, de 4 de fevereiro de 2014, e 175/XII, de 5 de fevereiro de 2014, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente comunicou que foi recebido um pedido de audiência da Organização dos Trabalhadores Científicos, na sequência do requerimento apresentado pelo GP/PS, sobre o Sistema Tecnológico e Científico Nacional, tendo sido deliberar agendar a audiência.

3.2. Deu ainda conta dos seguintes projetos de resolução pendentes na Comissão:

Projeto de Resolução	938/XII	Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós.	PS
Projeto de Resolução	895/XII	Medidas extraordinárias que asseguram a contratação de todos os meios humanos necessários à Escola Pública Inclusiva	PCP
Projeto de Resolução	894/XII	Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal.	PCP
Projeto de Resolução	893/XII	Medidas de valorização da Escola Pública.	PCP

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) solicitou a discussão no Plenário do Projeto de Resolução n.º 938/XII. Relativamente aos Projetos de Resolução do PCP, a Sra. Deputada Rita Rato informou que indicaria posteriormente se os mesmos seriam para agendamento na Comissão ou em Plenário.

3.3. O Sr. Presidente informou que a visita do GT|Desporto ao Centro Nacional de Formação de Golfe do Jamor, agendada para o dia 13 de fevereiro, foi adiada, por proposta da Federação Portuguesa de Golfe, em virtude das condições atmosféricas previstas para aquele dia, pelo que a mesma foi agendada para o dia 20 de fevereiro.

3.4. Recordou ainda a realização, no dia 12 de fevereiro, às 18h00, da 2.ª sessão do Ciclo de Conferências “JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E O MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA”, intitulada “Museólogo”, e que contará com a presença de Simonetta Luz Afonso e Luís Raposo.

3.5. Foi apreciado o relatório da visita ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tendo a Sra. Deputada Maria José Castelo Branco apresentado propostas de alteração, pelo que o mesmo será novamente objeto de apreciação na reunião seguinte da Comissão.

3.6. Relativamente à **Proposta de Lei n.º 192/XII**, *Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro*, o Sr. Presidente informou que foram recebidos 3 contributos, que se encontram

disponíveis na página da Comissão, terminando o prazo para entrega de pareceres no dia 14 de fevereiro.

**4. Audição por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, do Presidente do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado - Prof. Doutor Pedro Reis; Secretário do Conselho dos Laboratórios Associados - Prof. Doutor Alexandre Quintanilha, sobre os riscos e ameaças a que o Sistema Tecnológico e Científico Nacional está sujeito – 15h00**

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) começou por saudar o Prof. Doutor Pedro Reis e o Prof. Doutor Alexandre Quintanilha e apresentou, de seguida, o requerimento, referindo-se, em síntese, à descida da despesa do PIB em I&D e ao retrocesso que isso configura para o processo de recuperação e de excelência. Referindo-se à mudança de paradigma anunciada pelo Governo e pelo presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), perguntou se os Laboratórios do Estado (LE) e os Laboratórios Associados foram implicados nas mudanças que estão em curso.

O Sr. Prof. Doutor Pedro Reis começou por sublinhar a importância da ciência para o desenvolvimento económico do País e fez uma breve resenha histórica do processo de reestruturação dos LE, considerando que se registou, nos últimos anos, um enorme salto qualitativo no sistema científico nacional. Referiu-se à necessidade de definição da missão dos Laboratórios do Estado (LE) e das suas atribuições e à necessidade de maior autonomia dos Laboratórios.

Considerou ainda essencial a abertura de concursos de ingresso na carreira de investigação, tendo em vista o rejuvenescimento dos recursos humanos e da massa crítica e bem assim a consolidação e sustentabilidade das equipas de investigação.

Relativamente ao financiamento, referiu-se à rigidez dos mecanismos de execução financeira, agravada com a “Lei dos Compromissos”, o que provoca perda de competitividade dos investigadores dos Laboratórios e dificuldade de participarem em parcerias, nomeadamente, internacionais. Fez ainda alusão à redução de verbas para os LE em 2014, que ronda 5 a 6%, destacando o caso do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), cuja redução atingiu os 40%, sem que se perceba a razão para tal redução.

O Sr. Prof. Doutor Alexandre Quintanilha referiu-se, em primeiro lugar, ao apelo tornado público em janeiro último, pela Comissão Executiva do Conselho dos Laboratórios Associados, em que se denuncia a redução das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento concedidas pela FCT, o envio para o desemprego de milhares de investigadores doutorados e, conseqüentemente, a redução da cultura científica e a quebra de capacidade tecnológica do tecido empresarial português. No apelo, era ainda referida a redução de cerca de 30% do financiamento plurianual dos Laboratórios Associados, o que impede a criação de oportunidades de emprego qualificado.

Fez alusão às irregularidades verificadas no recente concurso da FCT, que levou ao pedido de auditoria, por parte do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, aos processos de avaliação da FCT, dadas as preocupações sobre as decisões tomadas de exclusão de inúmeros cientistas qualificados.

Afirmou que, na última década, a produção científica nacional referenciada internacionalmente cresceu muito mais que o crescimento dos recursos investidos na ciência, tendo o mesmo acontecido relativamente às patentes e ao número de cientistas doutorados, pelo que Portugal deve continuar a investir em ciência, para manter o desenvolvimento científico, tão elogiado pelos mais competentes do resto do mundo.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) sublinhou a referência que foi feita a problemas anteriores a este Governo, nomeadamente no que se refere à perda de efetivos registada nos últimos 10 anos e destacou a redução do investimento entre 2009 e 2011, que contraria o aumento verificado nos anos 2011 (410M€), 2012 (416M€) e 2013 (424 M€). Considerando a ciência, a investigação e a inovação pilares essenciais no desenvolvimento de Portugal, defendeu a necessidade de otimização e de rigor na seleção de investigadores e linhas de investigação.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se, em primeiro lugar, aos Laboratórios do Estado, concordando que a sua missão e atribuições devem ser especificadas. Afirmou que tem existido uma maior liquidez e acesso aos fundos, desde 2011, verificando-se um maior investimento nas unidades de investigação e desenvolvimento. Relativamente às patentes, fez alusão a estudos internacionais que dão conta de que continuamos muito abaixo da média da União Europeia e de outros países que entraram na mesma altura ou até depois na União Europeia, sendo que o mesmo se verifica em relação à intensidade da investigação. Perguntou, por último, se um investimento mais elevado nas unidades não conferirá maior poder decisório às instituições sobre as opções de investimento e os recursos a contratar.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) afirmou que se verifica hoje um afunilamento e uma concentração da investigação científica em setores que resultam em rentabilidade económica imediata. Fez referência aos cortes registados desde 2011 e manifestou a sua preocupação em relação ao desmantelamento de muitos Laboratórios do Estado. Questionou, de seguida, sobre o reconhecimento que têm tido os trabalhadores científicos, muitos deles numa situação precária há anos, e terminou, afirmando que este Governo não entende a ciência como um bem público ou como um instrumento de desenvolvimento, mas como um nicho de negócio.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) afirmou que os problemas do sistema científico e tecnológico têm-se agravado ao longo do tempo. Referiu-se à ambiguidade na definição das funções dos Laboratórios do Estado, que os impede de desenvolverem um conjunto de missões, e à mercantilização das funções de soberania, o que corresponde a um enorme retrocesso. Referiu-se ainda à falta de legitimidade do Conselho dos Laboratórios Associados, manifestada pelo Ministro da Educação e Ciência, e considerou, por último, que a diminuição do número de investigadores corresponderá, inevitavelmente, a um empobrecimento da capacidade científica e à redução do número de patentes.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) considerou que este Governo interrompeu a recuperação do atraso que se verificava na área da ciência e disse não compreender onde são gastas as verbas alocadas ao Orçamento do Estado para a área da ciência. Lamentou a saída forçada de profissionais altamente qualificados de Portugal, entendendo que corresponde a um enorme golpe na excelência.

O Sr. Prof. Doutor Pedro Reis reafirmou que os LE enfrentam uma situação delicada, pelo que expôs algumas propostas que, em síntese se apresentam: exceção da “Lei dos Compromissos” para os Laboratórios do Estado; tomada de medidas, por parte da Assembleia da República, relativamente à redução de verba para o IICT; igualdade de condições de trabalho para os investigadores FCT relativamente aos investigadores do programa Ciência; regime de transição dos fundos comunitários, por se entender que qualquer rutura tem efeitos desastrosos.

Por último, reiterou a sua preocupação relativamente à situação de precariedade dos profissionais e em relação à redução de investigadores, motivada pela ausência de verbas, o que provoca a descontinuidade dos projetos.

O Sr. Prof. Doutor Alexandre Quintanilha considerou que a história do investimento em ciência, em Portugal, é extraordinária, tendo a produção científica aumentado 35 vezes nos últimos 30 anos, o que permitiu o desenvolvimento da confiança e da esperança dos jovens. Referiu que estes estão hoje muito pouco confiantes em relação ao futuro. Disse ainda não compreender a

inversão da trajetória, se não existe uma diminuição do investimento. Relativamente ao não reconhecimento, por parte do Ministro da Educação e Ciência, do Conselho dos Laboratórios Associados, referiu que o Ministro tem dificuldade em aceitar que existe uma estrutura de investigadores que discute questões e problemas que lhes dizem respeito, sendo que na última reunião estiveram presentes 24 dos 26 laboratórios.

Sublinhou ainda ao aumento das exportações em empresas que recrutam doutorados, considerando um erro que não se continue a apostar na estratégia que vinha a ser seguida, que se revelou eficaz, e que não se proceda a uma avaliação detalhada do trabalho desenvolvido.

**5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**, para audição urgente do **Secretário de Estado da Cultura** sobre o processo de classificação das obras de Joan Miró e sobre o processo de autorização da sua saída do País e audição do **Conselho de Administração da PARVALOREM**, sobre a decisão de venda das obras e toda a tramitação necessária à expedição e explicitação do contrato celebrado com a leiloeira Christie's, para a venda das mesmas.

A Sra., Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou o requerimento, chamando a atenção para as dúvidas que subsistem sobre a forma como as obras saíram de Portugal e chegaram a Londres, sem as devidas autorizações.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) afirmou que a apresentação do requerimento do PCP, sobre a mesma temática, se deveu a um desconhecimento da existência do requerimento do PS, que acompanha, por considerar que é urgente que sejam prestados esclarecimentos sobre as irregularidades detetadas.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) manifestou o seu acordo em relação à realização das audições, lembrando, no entanto, que há questões políticas e questões de gestão, podendo o Conselho de Administração entender que não presta esclarecimentos. Propôs ainda a realização da audição da PARVALOREM conjuntamente com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) disse não obstaculizar a realização das audições, entendendo que o Sr. Presidente da Comissão deve propor a audição conjunta com a 5.ª Comissão.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que este processo apresenta uma dimensão política, mas incorpora uma componente jurídica, que diz respeito ao cumprimento da lei. Afirmou que há responsabilidade política decorrente de atos ilícitos e de incumprimento da legislação, não reconhecendo que exista matéria de confidencialidade.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) sublinhou a necessidade de se perceber com quem a Christie's assinou contrato e quem ficou responsável pela expedição das obras.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) propôs a votação conjunta do requerimento, sendo que o Sr. Presidente da Comissão pode efetuar o contacto com o Sr. Presidente da 5.ª Comissão para a realização conjunta da audição da PARVALOREM, se assim for entendido.

O requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

**6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP**, para audição Secretário de Estado da Cultura, para que possam ser apuradas as circunstâncias e as responsabilidades políticas em torno da preparação e do cancelamento da venda das obras de Miró provenientes da coleção do BPN.

Este requerimento ficou prejudicado, pela aprovação do requerimento do PS, sobre a mesma matéria.

**7. Texto de substituição do Projeto de Deliberação n.º 19/XII do PS** - Solicitação de parecer a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação sobre a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e, mais concretamente, sobre a utilização do método de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde como base para a elaboração do programa educativo individual **e do Projeto de Deliberação n.º 20/XII** - Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre políticas públicas de educação especial do **PSD e CDS-PP**.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) congratulou-se com a disponibilidade manifestada pelo PS, para a elaboração de um texto de substituição.

O texto foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e BE e a abstenção do PCP, verificando-se a ausência do PEV.

#### **8. Data da próxima reunião**

**Dia 12 de fevereiro de 2014 – 10h00**

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro 2014

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria da Conceição Caldeira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Agostinho Santa  
António Cardoso  
Inês Teotónio Pereira  
Laurentino Dias  
Paula Baptista  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isidro Araújo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia